



“Sophia, Mulher, Poesia”

Cerimónia organizada pelo Presidente do Tribunal da Relação do Porto por ocasião do Dia da Mulher

1. Creio que foi Norberto Bobbio, no seu já clássico “A Era dos Direitos”, que, na década de 90 do século passado terá dito o seguinte: *de todas as revoluções que o Século XX viveu, a que será no futuro mais perene, a que trará mais consequências para toda a Humanidade, será seguramente a revolução na condição das mulheres.*

Quando falava das “revoluções do século XX”, Bobbio referia-se basicamente a três momentos históricos fundamentais. Primeiro, ao vivido na Rússia em 1917, e que ele designava por “revolução ideológica”. Depois, ao vivido sobretudo na cultura ocidental – mas espalhado depois a todo o mundo – a partir da década de 50, com a disseminação do modo de vida urbano como paradigma crescente de toda a humanidade, e que ele designava como “revolução do consumo”. E finalmente ao vivido em França, em maio de 1968, e que ele designava por “revolução dos costumes”. Sendo muito diversos entre si, estes três movimentos – dizia ele – marcaram indelevelmente o século. Mas a *par* deles, dizia ainda, houve um outro movimento revolucionário que se foi gradualmente instalando, que terá sido propulsionado por todos os outros – pela revolução ideológica, pela revolução do consumo e da vida urbana, e pela revolução dos costumes –, que foi silencioso por não ter uma data ou um fenómeno preciso ao qual se reportar, e que redundou na revolução vivida na “condição feminina”, como então se chamava. Esta revolução – concluía ainda – é a maior do século XX. E é a de maior significado e consequências para toda a humanidade.

2. Não tenho a menor intenção de comentar agora esta tese de Bobbio, ou de saber se estará certa ou errada esta sua visão sobre os três grandes momentos fundadores do século XX. Mas lembrei-me dela porque há a seu propósito um ponto sobre o qual não poderemos deixar de estar todos de acordo. Cem anos serão por certo um tempo longo para as nossas vidas, mas são um tempo curto para a História da Humanidade. E a mudança na vida das mulheres, no seu



modo de existir em sociedade, tem a idade deste tempo curto. Foi uma mudança do século XX, do qual há pouco saímos. É coisa por isso recente, se pensarmos historicamente. Há cem anos, o ato que hoje praticamos no Tribunal da Relação do Porto seria impensável. As mulheres não se sentavam como juízes nos tribunais. Com a exceção dos países escandinavos, não votavam nas eleições políticas nem podiam ser eleitas para exercer funções públicas. O trabalho que lhes era reservado era aquele invisível, que sempre tinha sido feito no mundo rural e nas comunidades domésticas, ou o outro, mais recente, que surgia com as fábricas da primeira revolução industrial. Não era o da profissão escolhida como meio digno de realização da autonomia e de projetos de vida próprios. Há cem anos apenas à metade feminina da humanidade estava reservado um segundo lugar na vida privada e lugar nenhum na vida pública; e a este destino de invisibilidade só escapavam poucas eleitas, bafejadas pela sorte aristocrática de talentos especiais, concentrados as mais das vezes no mundo da literatura ficcional, tal como ele se tinha desenvolvido ao longo do século XIX. Há cem anos apenas o segundo sexo, como lhe chamou Beauvoir, era ainda a metade desgraduada da espécie humana.

3- Fizemos, portanto, e num curtíssimo espaço de tempo histórico, um caminho imenso. E eu penso que nunca será demais lembrar tal facto, por uma razão que me parece simples: se todas as aquisições históricas que consideramos valiosas devem ser guardadas e protegidas com especial cuidado, as aquisições recentes merecem-nos uma atenção especial, pois pode acontecer que o recente seja ainda frágil. E a atenção deve ser tanto mais redobrada, nessas tais coisas recentes, quanto mais valiosas elas forem. E o facto de cem anos depois, a nossa consciência coletiva ser marcada por um veemente repúdio de qualquer forma de sujeição das mulheres não é um facto valioso: é um facto valiosíssimo. Precisamos, portanto, de ser especialmente cuidadosos na forma como protegemos este valor – de tão intensa dimensão, e de tão recente aquisição.

4. Mas por que razão atribuímos tanto valor a esta aquisição histórica tão recente?

A meu ver, é fundamental colocar a pergunta: quanto mais conscientes estivermos das razões pelas quais valorizamos o caminho que fizemos tanto mais capazes seremos de o proteger contra imprevistos nefastos, que apenas estejam à espera de oportunidade para se manifestarem. Passa-se o mesmo, creio, com os outros valores que prezamos: é importante que saibamos por que razão preferimos a democracia e o estado de direito a qualquer outra forma de



vida, porque quanto mais conscientes estivermos das nossas preferências mais capazes seremos de rejeitar as alternativas que desconsideramos. Do mesmo modo, quanto mais conscientes estivermos das razões pelas quais escolhemos o compromisso com a igualdade [entre homens e mulheres], rejeitando por isso opções contrárias, mais preparados estaremos para nos defender de quem nos queira impor um caminho que já não aceitamos.

Ora, no debate contemporâneo sobre o tema parece haver duas formas de responder a esta questão. Sei bem que, quando me refiro a estas «duas formas», corro o risco de ser grosseiramente redutora. O debate contemporâneo sobre o tema é tão rico e tão intenso que arrumá-lo em duas simples categorias será sempre, no mínimo, coisa estulta. Mas como não tenho a pretensão de *resumir* o que quer que seja, nem de catalogar o que não é catalogável, mantereí a ideia. Creio que, subjacente aos debates contemporâneos sobre a questão estão duas conceções diferentes de justiça, ou seja, dois diferentes modos de responder à questão de saber por que razão conferimos tão intenso valor ao princípio da igualdade.

Uma dessas conceções, que remonta a John Stuart Mill, tende a responder à pergunta com uma lógica – digamos assim - *universalizante*. Outra dessas conceções, que remontará porventura a Hegel e à sua filosofia da História, tende a responder à pergunta com uma lógica não universalizante mas *identitária*. Para a lógica *universalizante*, nós valorizamos o trilha de civilização que tomámos porque só ele permite o aumento das capacidades humanas como um todo. Para a lógica *identitária*, nós valorizamos o trilha de civilização que tomámos porque só ele permite o ressarcimento daquela parte da humanidade que permaneceu, durante milénios, no limbo da invisibilidade. Estas duas lógicas são diferentes porque partem de diferentes filosofias da história: uma, eminentemente dialética e conflitual, vê antes do mais o devir histórico como um sendo um incessante *polemos*; a outra, apaziguadora e conciliadora, crê que a história se faz não apenas de conflitos, mas também, e sobretudo, de grandes patamares de conciliação. Por isso, aquela conceção que é de matriz eminentemente conflitual entende que há justiça aí onde há o ressarcimento do que foi negado, a construção da identidade de quem nunca a teve, e o reconhecimento de dignidade a quem dela foi privado. A outra, que é de matriz irénica e não polémica, entende que há justiça aí onde há um ganho para toda a humanidade, ou um potente acréscimo das próprias capacidades humanas, a partir de agora passíveis de florescer em toda a sua plenitude porque já não dependentes, apenas, dos feitos levados a cabo por uma das suas metades.



Não há creio eu, uma disjunção absoluta entre estas duas formas de ver as coisas. A construção da identidade de quem foi ignorado, o reconhecimento de quem nunca foi reconhecido, o ressarcimento moral de quem viu a sua dignidade humilhada é um passo necessário de qualquer processo de emancipação. Aí onde estas feridas não forem saradas não haverá espaço para o pleno florescimento de todas as capacidades humanas. Não creio, no entanto, que o ressarcimento possa ser um fim em si mesmo. O fechamento da questão feminina em discursos identitários não conduz à razão pela qual valoramos o caminho que fizemos. Fizemo-lo para sermos melhores enquanto espécie. Não o fizemos para agudizar a dimensão conflitual, agónica, da nossa já tão conturbada condição.

Porto, 8 de março

Maria Lúcia Amaral